

TJMG

I N F O R M A T I V O

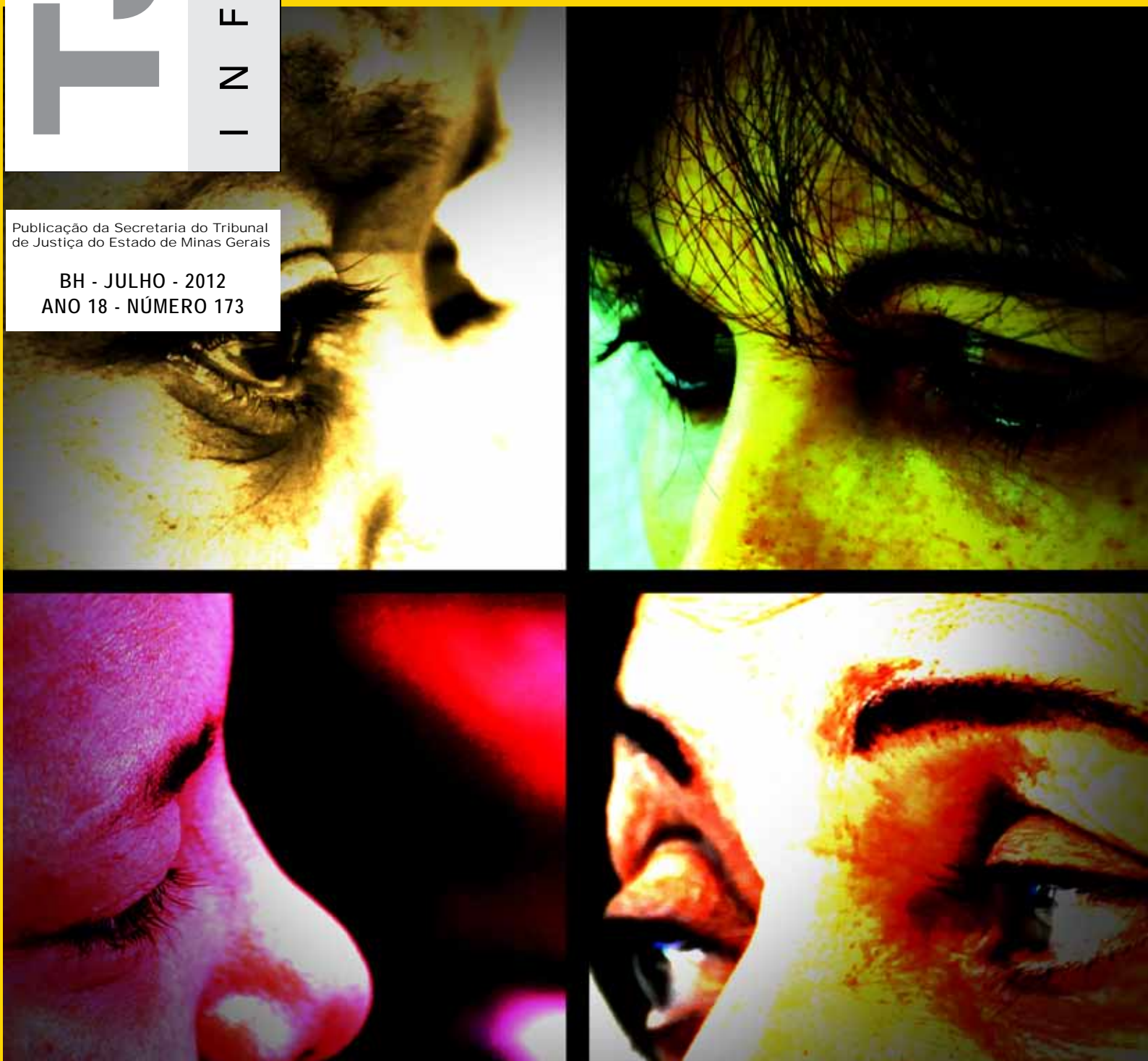
Todos os dias, inúmeras mulheres procuram o Centro Integrado de Atendimento à Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar (CIM), na capital, na tentativa de colocar um ponto final em situações de conflito vividas no cotidiano. Duas assistentes sociais e uma psicóloga do TJMG atuam no trabalho de conscientização das vítimas, de forma a habilitá-las para enfrentar e combater a violência dentro de casa.

Páginas 4 e 5

Mulheres em busca de respeito e dignidade

Publicação da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

BH - JULHO - 2012
ANO 18 - NÚMERO 173



Renata Caldera

Comprometidos com o direito das mulheres

Em vigor desde setembro de 2006, a Lei Maria da Penha se consolidou como um passo importante para coibir a violência doméstica e para garantir a preservação dos direitos das mulheres. Mais do que estabelecer determinações para o enfrentamento das situações de conflito doméstico e familiar, a lei tem a difícil e desafiadora missão de contribuir para a mudança de mentalidades e cultura.

Além de punir o agressor e de trazer garantias para a preservação da vítima, o texto legal aponta, nas entrelinhas, para o compromisso de modificar a histórica visão da inferioridade das mulheres. Avançar nesse terreno não tem sido tarefa fácil, sobretudo porque a efetivação da lei exige respostas rápidas e eficazes do poder público e da sociedade.

Mesmo sendo considerada uma das legislações mais avançadas do mundo para a prevenção, a punição e a erradicação da violência doméstica, seu cumprimento – nas diversas esferas de sua abrangência – exige o investimento permanente nas equipes que acolhem e atendem as mulheres. Impõe ainda o envolvimento de toda a sociedade, sobretudo após a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), em fevereiro deste ano, que permite que qualquer pessoa denuncie esse tipo de violência.

A matéria de capa desta edição do *TJMG Informativo* mostra a realidade do atendimento na 13ª e na 14ª Varas Cíveis da capital, competentes para atender os casos de Lei Maria da Penha em Belo Horizonte. A reportagem revela como é o trabalho da equipe multidisciplinar que atua no cumprimento das

determinações dos magistrados e também na conscientização das vítimas. Apesar de todos os desafios, como o grande número de processos em tramitação, a equipe atua para ajudar as mulheres, em um momento de vulnerabilidade, na reconstrução de suas vidas com dignidade e respeito.

Nesta edição, confira ainda a entrevista com o novo presidente do TJMG, desembargador Herculano Rodrigues. O magistrado fala das metas e dos desafios de sua gestão. O *TJMG Informativo* traz ainda detalhes sobre a Justiça Restaurativa e sobre o convênio entre o Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário (PAI-PJ), do TJMG, e a UFMG. Na página de Turismo, a dica para quem está de férias é Monte Verde, distrito de Camanducaia, no Sul de Minas. Boa leitura!

Participe

Interessados em divulgar notícias nas próximas edições do *TJMG Informativo* devem encaminhar o material à Ascom pelo e-mail informativo.ascom@tjmg.jus.br

Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Presidente:

Desembargador Herculano Rodrigues

1º Vice-Presidente:

Desembargador Almeida Melo

2º Vice-Presidente:

Desembargador José Antonino Baía Borges

3º Vice-Presidente:

Desembargador Manuel Saramago

Corregedor-Geral:

Desembargador Audebert Delage

EXPEDIENTE

Secretária Especial da Presidência:

Valéria Valle Vianna;

Gerente de Imprensa: Wilson Menezes;

Coordenadora de Imprensa: Letícia Lima;

Editoras: Francis Rose; Patrícia Melillo;

Revisora: Patrícia Limongi; Design

Gráfico: Narla Prudêncio

Fotolito e Impressão: Globalprint

Editora Gráfica Ltda.

Ascom TJMG

Rua Goiás, 253 – Térreo – Centro, Belo

Horizonte/MG

CEP 30190-030

Tel.: (31) 3237-6551

Fax: (31) 3226-2715

E-mail: ascom@tjmg.jus.br

Ascom TJMG/Unidade Raja Gabaglia:

(31) 3299-4622

Ascom Fórum BH: (31) 3330-2123

Tiragem: 3 mil exemplares

Portal TJMG: www.tjmg.jus.br

TJMG tem novos desembargadores

O TJMG tem dois novos desembargadores. Márcio Idalmo Santos Miranda (E), promovido por merecimento, foi empossado em 12 de junho e compõe a 9ª Câmara Cível. Ele era titular da 2ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública Municipal de Belo Horizonte. Já o magistrado Jair José Varão Pinto Júnior (D) tomou posse em 14 de junho, para ocupar a vaga deixada pelo desembargador Dídimo Inocêncio de Paula e integrar a 3ª Câmara Cível. Desde 3 de maio, Jair José Varão Pinto Júnior já atuava no TJMG, porém, como substituto na 9ª Câmara Cível. Os novos desembargadores foram empossados pelo então presidente do TJMG, desembargador Cláudio Costa.



Marcelo Albert



Renata Caldeira

TJ adota novo modelo para a solução de conflitos

Wilson Menezes

Diante do crescente questionamento às formas de repressão ao crime, que hoje se resumem à aplicação de penas meramente vingativas, alguns magistrados brasileiros têm adotado um novo sistema no tratamento do delito e do ofensor. Trata-se da Justiça Restaurativa, que busca promover um modelo humanitário de recuperação das relações rompidas pelo cometimento de um crime.

Nesse novo sistema, almeja-se não apenas punir o praticante de condutas ofensivas, mas possibilitar que tanto a vítima como o ofensor sejam incluídos num processo reflexivo, no qual todos participem diretamente da resolução do conflito e da restauração

das relações. Esse é o modelo que o Tribunal de Justiça adotou, em junho deste ano, com a assinatura de um termo de cooperação técnica com o Estado de Minas Gerais, o Ministério Público, a Defensoria Pública e a Prefeitura de Belo Horizonte.

Esse termo prevê a implementação de um projeto piloto da Justiça Restaurativa na Vara Infração da Infância e da Juventude e no Juizado Especial Criminal de Belo Horizonte. A metodologia será aplicada em delitos de menor potencial ofensivo.

Como esclareceu a desembargadora Márcia Milanez, que estava à frente

da 3ª Vice-Presidência, a participação do governo do Estado e do município de Belo Horizonte irá propiciar a implantação da metodologia restaurativa também nas escolas públicas. “Pequenos conflitos gerados, como o *bullying*, podem ser acomodados, sem sequelas para os envolvidos.”

Mudança

A magistrada acredita que a experiência vitoriosa da Justiça Restaurativa, já adotada em outros países, vai contribuir para reduzir os índices de violência no Estado, além de restabelecer laços comunitários e pacificar as relações humanas. “Não importa quão intenso tenha sido o delito, é sempre possível para a comunidade emprestar forças a quem está sofrendo, e isso promove a cura, a restauração e a mudança.”

O titular da 1ª Vara Especial da Infância e da Juventude de São Paulo, Egberto de Almeida Penido, acredita que a restauração busca reconectar as pessoas às suas raízes, trazendo-as para o eixo. O magistrado, que também é o coordenador do Núcleo de Justiça Restaurativa da Escola Paulista de Magistratura, ressalta que, diante de questionamentos contra a metodologia restaurativa, todos os envolvidos com o propósito apaziguador devem agir como “barcos quebra-gelo para contornar as resistências e avançar”.

Nesse cenário, a ética restaurativa surge como um novo modelo no qual estão incluídos vários segmentos da sociedade. “O desafio é restaurar ou construir um novo vínculo social, proporcionar reparação à vítima e reabilitar o ofensor”, conclui a desembargadora Márcia Milanez.

Os envolvidos com o propósito apaziguador devem agir como barcos quebra-gelo para contornar as resistências e avançar”

Renata Caldera



O TJMG, em cooperação técnica com outros órgãos, adotou a Justiça Restaurativa, que busca promover um modelo humanitário de recuperação das relações rompidas pelo cometimento de um crime



Fotos: Renata Caldeira

A psicóloga Cristina Leão reúne-se com mulheres vítimas de violência, no centro de atendimento, onde duas assistentes sociais e uma psicóloga acompanham os casos de Lei Maria da Penha

Equipe atende mulheres em situação de violência

“Em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”; “Mulher e criança gostam de apanhar”; “Não sei por que estou batendo, mas você sabe por que está apanhando”; “A casa é das mulheres; a rua, dos homens”. Na 13ª e na 14ª Varas Criminais da capital, uma pequena equipe multidisciplinar luta para combater não exatamente os ditos e expressões acima, mas a mentalidade por detrás deles.

Duas assistentes sociais e uma psicóloga acompanham os casos de Lei Maria da Penha no Centro Integrado de Atendimento à Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar (CIM). Sua tarefa, em cooperação com órgãos públicos de âmbito estadual e municipal, como a Defensoria Pública, o Ministério Público e as delegacias de polícia, consiste em atender às determinações dos magistrados e buscar

alternativas para conscientizar mulheres vítimas de agressão e habilitá-las a combater formas de opressão exercidas, na maior parte das vezes, por familiares e pessoas próximas.

A missão não é fácil, sobretudo considerando-se que as três profissionais colaboram com apenas dois juízes e reduzido número de servidores para lidar com um volume de 45 mil demandas e uma média

mensal de 300 a 400 novos processos. Porém, o suporte da Corregedoria-Geral de Justiça e a instalação da 15ª Vara Criminal no CIM – ocorrida em 22 de junho deste ano – prometem contribuir para que o cenário aos poucos se transforme.

Diálogo

Entre outras atribuições, a equipe técnica do centro tem a função de fornecer subsídios às decisões judiciais através de laudos; promover a reflexão das vítimas sobre a condição da violência de maneira a favorecer a superação de vínculos afetivos que as colocam em situação de risco e/ou de vulnerabilidade; informar as vítimas sobre os serviços de atendimento disponíveis na chamada rede de enfrentamento à violência; manter contatos com os Programas de Abrigo e Prevenção à Violência Doméstica da Polícia Militar de Minas Gerais, a Defensoria Pública e o Centro de Referência Risoleta Neves.

As concepções por trás da violência de gênero são ultrapassadas e não estão de acordo com o ideal de uma sociedade igualitária e democrática”

Josélia Vieira Viana e Denise de Melo Souto, assistentes sociais judiciais com atuação no CIM, acreditam que, apesar de o fluxo de atendimento às mulheres vítimas de violência ainda não ter sido plenamente efetivado, a cooperação com profissionais dos órgãos e serviços que compõem a rede de enfrentamento ocorre sempre que necessário, por meio de discussões de caso ou visitas institucionais.

Sobre a rotina de trabalho, elas explicam que cabe ao serviço social judicial a identificação do problema, a análise e a orientação às vítimas e aos envolvidos, ajudando-os a buscar os recursos para a superação do problema.

Culpa

Para a psicóloga Cristina Leão, a problemática da violência contra a mulher é complexa, sendo determinada por múltiplos fatores e tendo numerosas consequências. As assistentes sociais Josélia Vieira Viana e Denise de Melo Souto concordam: “São muitos e diferentes vieses, o que demanda a interlocução de várias áreas do saber e a intervenção de diferentes setores, como

saúde pública, educação, assistência social, rede de proteção”, esclarecem.

Quem procura o centro, em geral, está vivendo uma situação limite e precisa de respostas rápidas. Porém, a infraestrutura nem sempre atende à demanda. “A legislação brasileira de defesa da mulher é um marco e foi reconhecida como exemplar pela Organização das Nações Unidas. O maior desafio, porém, é fazê-la efetivamente ser cumprida”, defende a psicóloga.

Cristina argumenta que, para que isso aconteça, uma fase a ser superada é a modificação de uma cultura machista de séculos de sistemática desvalorização da mulher. “A subalternidade feminina é tida como natural. Muitas mulheres, porque acham que cabe a elas manter um relacionamento, se sentem culpadas se ele fracassa”, explica.

Para a psicóloga, as políticas institucionais e a acolhida que as mulheres têm nos órgãos aos quais recorrem revelam a importância dada à questão. “As concepções por trás da violência de gênero são ultrapassadas e não estão de acordo com o ideal de uma sociedade igualitária e democrática”, afirma.

Tendo em vista a urgência de quebrar um círculo vicioso e driblar as dificuldades, para as vítimas e para as profissionais do CIM, coragem e confiança no futuro são palavras de ordem.



A instalação da 15ª Vara Criminal, realizada em 22 de junho deste ano, deve contribuir para a melhoria no atendimento dos 300 a 400 novos casos que chegam ao CIM todos os meses

Presidente quer gestão pautada em otimismo



Renata Caldera

■ Herculano Rodrigues acredita que o processo eletrônico vai ajudar a mudar a cultura do processo em papel

Letícia Lima

Ele ingressou na magistratura em 1976. Passou pelas comarcas de Tarumirim, João Pinheiro e Carangola, até chegar a Belo Horizonte, em 1983, ocasião em que trabalhou na Corregedoria-Geral de Justiça. Foi presidente do extinto Tribunal de Alçada e do Tribunal Regional Eleitoral. Hoje, no cargo de presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), o desembargador Herculano Rodrigues diz que a palavra de ordem de sua gestão é otimismo. No campo pessoal, diz gostar de culinária, de futebol e de ir ao cinema.

TJMG Informativo – Quais os principais projetos para a sua gestão?

Herculano Rodrigues - Tenho como principal objetivo otimizar o uso da informática no Tribunal.

Considero-a, hoje, uma ferramenta indispensável em qualquer empresa. Se conseguirmos implantar o processo eletrônico em pelo menos algumas comarcas e na capital, estaremos dando um passo significativo.

Quais são as vantagens de implantar o processo eletrônico?

A agilidade e a possibilidade de acabar com a cultura do papel, o que traz economia de material e de pessoal. Um cartório funcionando com o procedimento eletrônico vai exigir metade dos servidores. Além disso, hoje o Tribunal gasta uma quantia considerável com o armazenamento de processos encerrados. O processo eletrônico acaba com isso tudo. Teremos o que se denomina “caixa-cofre”, a ferramenta própria para guardar por séculos grande quantidade de processos com segurança e sem a preocupação com a deterioração dos mesmos.

O que significa, na prática, a necessidade de menos servidores nos cartórios?

Estamos com carência de servidores. A implantação do processo eletrônico não significa que alguém será demitido. Longe disso, até porque o servidor

já tem a estabilidade no trabalho. O que cessaria é essa demanda crescente por mais servidores. Com o processo eletrônico, o quadro atual estaria satisfatório, e por muito tempo. Evidentemente, temos comarcas a serem implantadas e ampliadas. Então, poderá haver o remanejamento de servidores. Se uma comarca tem dez varas funcionando com um determinado número de servidores, com o processo eletrônico ela poderá funcionar com 15 varas, com os mesmos servidores.

Como equacionar as demandas por magistrados e varas no interior, a implantação do processo eletrônico e as demais exigências com um orçamento cada vez mais enxuto?

Esse é o grande desafio. Não tenho um receituário pronto. Vamos ter de administrar com certa ousadia, mas dentro dos limites da responsabilidade. Não é questão de mera retórica, mas os problemas econômicos mundiais acabam refletindo na nossa economia. Como o Tribunal tem um percentual fixo da arrecadação do Estado, quer queira quer não, isso reflete na administração. Então, não adianta o administrador ter ideias, se encontra o óbice intransponível que é a falta de recursos para efetivar essas metas.

O que magistrados e servidores podem esperar desta gestão?

Otimismo. Procurarei trabalhar para que magistrados e servidores tenham orgulho de pertencer ao Judiciário do Estado de Minas Gerais.

Vamos ter de administrar com certa ousadia, mas dentro dos limites da responsabilidade”



Jovens do PAI-PJ participam de oficinas na UFMG



Marcelo Albert

■ Nas oficinas de comunicação desenvolvidas no projeto Selex, quinze adolescentes, acompanhados pelo Catu/PAI-PJ, compartilham seus conhecimentos e desenvolvem atividades manuais

Francis Rose

Convivência, troca de experiências e a certeza de que todo mundo pode compartilhar o que sabe. Essas são algumas das características do projeto Sistemas Elétricos Experimentais (Selex), desenvolvido a partir de uma parceria entre a UFMG e o Tribunal. O convênio entre as duas instituições permite que jovens em cumprimento de medidas protetivas acompanhados pelo projeto Catu, do Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário (PAI-PJ), participem de atividades promovidas pelo curso de graduação em engenharia de sistemas. A convivência com os estudantes da UFMG tem o objetivo de ampliar as possibilidades de inserção sociopolítica dos jovens do Catu.

Ao todo, 15 adolescentes, entre 12 e 18 anos, participam das atividades, desenvolvidas como projeto de extensão da UFMG. Durante dois meses, os jovens frequentam oficinas de comunicação, de informática e de circuitos elétricos. “Queremos despertar nos participantes o desejo de retornar à escola. Muitos chegam com diversos tipos de conhecimento. Nosso objetivo é que esse saber seja aproveitado”, diz Débora Matoso, articuladora de rede do projeto Catu, responsável no TJMG pelo acompanhamento do Selex. O Catu acompanha os processos em que adolescentes cumprem medidas protetivas ou socioeducativas.

Segundo os termos do convênio, o TJMG é responsável por fornecer os materiais permanentes e de consumo. Já a UFMG oferece a infraestrutura de seus laboratórios e é responsável pelos estudantes bolsistas que ministram as oficinas. Nas atividades voltadas para a comunicação, os participantes compartilham conhecimentos e desenvolvem atividades manuais. Na oficina de informática, os adolescentes aprendem e aprimoram o uso da internet. Na última oficina, os estudantes de engenharia ensinam noções de circuitos elétricos. Os adolescentes aprendem, por exemplo, a montar lanternas.

Extensão

Apesar de ser uma atividade de extensão do curso de engenharia de sistemas, o Selex tem caráter multidisciplinar e reúne estudantes de outras áreas, como a psicologia e a engenharia de produção. O coordenador do Selex, professor Marcos Vinicius Bortolus, explica que o projeto passa por reavaliações constantes.

Para ele, são perceptíveis o interesse e a capacidade de aprendizagem dos adolescentes.

Dário Ricardo Braga de Moura, mestrando em engenharia de produção que atua na supervisão do projeto, afirma que, no Selex, os estudantes não chegam ao laboratório para executar experiências ou resolver problemas dados pelo professor: “Eles lidam com um ‘modo de fazer’ que não pertence à vida acadêmica”.

O ganho ocorre para todos os participantes. Os estudantes de engenharia, por exemplo, ao conviver com adolescentes que pertencem a outra realidade, desenvolvem um olhar que é mais comum aos cursos da área de humanas. Para Dário, há um enriquecimento quando um estudante de engenharia passa a pensar do ponto de vista de outro ser humano.

P., 17 anos, aprovou a participação no projeto. Cumprindo medida socioeducativa de internação há cinco meses por envolvimento com o tráfico de drogas, o adolescente ficou feliz por

conhecer “gente diferente e que gosta de estudar”. “Saio do projeto com mais conhecimento e com outra ideia para a minha vida. Percebi que preciso mudar de rumo”, afirmou. O adolescente conta que gostou mais de aprender sobre medições de energia e montagem de circuitos.

Rafael Rodrigues Godoy, 22 anos, aluno do quarto período de engenharia de sistemas, considerou a experiência no Selex totalmente diferente dos conteúdos que vê na graduação. “Não tem nada exato e isso me causou estranheza. O meu olhar mudou, e acredito que essa convivência vai me ajudar a ser um profissional mais completo”, resumiu.

A estudante do quarto período de psicologia Thais de Almeida Macedo Santos, bolsista no Selex, considerou a experiência surpreendente. “Foi uma troca de conhecimento. Entendi que todo mundo tem alguma coisa para ensinar. Depois de participar do Selex, tenho uma visão diferente daquela obtida apenas com o conhecimento científico”, disse.

No segundo semestre deste ano, uma nova turma participa do Selex. A continuidade dos trabalhos para os próximos anos, contudo, depende de entendimentos entre o TJ e a UFMG.

O meu olhar mudou, e acredito que essa convivência vai me ajudar a ser um profissional mais completo”



O distrito de Monte Verde, em Camanducaia, no Sul de Minas, é considerado um dos melhores destinos de inverno do Brasil, com várias opções de entretenimento, belas paisagens e bons restaurantes

A "Suíça mineira" e os seus encantos

Vanderleia Rosa

O nome já sugere os encantos do lugar: montanhas, bosques naturais, florestas de pinheiros e araucárias centenárias, cachoeiras, lagos e muitas flores. Esse cenário, acrescido do clima europeu e da arquitetura suíça, pertence a Monte Verde, charmoso distrito de Camanducaia. Cercado pelas montanhas da serra da Mantiqueira, Monte Verde é considerado um dos melhores destinos de inverno do Brasil. Conhecido como "Suíça mineira", está localizado no sul do Estado e a 1.554 metros de altitude. Em julho, quem visita o distrito pode apreciar, além da beleza local, as atrações do festival de inverno. Neste ano, de 7 a 29 de julho, estão agendadas diversas apresentações de grupos de jazz, blues, bossa nova, MPB e rock clássico.

A história e o nome do lugar estão ligados à vinda de Verner Grinberg e muitos outros imigrantes da Letônia para o Brasil, em 1913. Já casado, Grinberg passa a sua lua de mel em Campos do Jordão, região parecida com sua terra natal, e encanta-se com o clima de montanha. Alguns anos mais tarde, ele adquire terras na região de Camanducaia e inicia a formação de uma fazenda. Com o passar do tempo, amigos e conhecidos, atraídos pela beleza do lugar, mudam-se para lá. Surge então Monte Verde.

Atrações

Monte Verde é uma excelente opção turística tanto no inverno quanto em outras épocas do ano. Entre as atrações oferecidas aos turistas estão caminhadas, passeios a cavalo, de jipe e

quadriciclo, voo panorâmico e patinação no gelo. Para quem procura adrenalina, esportes radicais como rapel, escalada e arvorismo também não faltam. Para os amantes do sossego, o lugar também é recomendado. A vila agrada ainda pelos seus vários restaurantes, onde podem ser encontrados pratos como picanha, truta, fondue de queijo ou chocolate, além das cervejas artesanais e da famosa comida mineira.

Além das belezas naturais e do charme da arquitetura da vila, Monte Verde possui um comércio movimentado, com produtos variados: artesanato em madeira, ferro, cerâmica, couro, malhas e luvas de lã para enfrentar o frio das montanhas, antiguidades, os mágicos gnomos, entre outros itens.

Romântico, o lugar é escolhido por muitos casais para a comemoração de datas especiais. As opções de hospedagem são muitas, de simples a luxuosas. Há pousadas, hotéis e chalés aconchegantes. As condições das estradas também melhoraram nos últimos tempos, e os 30 quilômetros que ligam Camanducaia a Monte Verde são um convite ao olhar.

Acesso

Monte Verde está localizada a 483 km de Belo Horizonte e a 160 km de São Paulo. Para chegar lá, é só seguir pela rodovia Fernão Dias (BR-381) até a cidade de Camanducaia. A partir daí, deve-se acompanhar as placas de sinalização até a vila. Para quem deseja fazer a viagem de ônibus, saindo de Belo Horizonte, deve-se embarcar pela viação Cometa (linha BH/São Paulo, até Cambuí ou Camanducaia) ou pela Gontijo (linha BH/Cambuí). Em Cambuí, existem saídas para Monte Verde em vários horários.

Em Monte Verde, existe apenas uma agência do Bradesco. Já em Camanducaia, há agências do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e do Santander.

Outras informações podem ser obtidas na prefeitura, pelo telefone (35) 3433-1323.

Romântico, o lugar é escolhido por muitos casais para a comemoração de datas especiais



Fotos: Divulgação

Esportes radicais como rapel, escalada e arvorismo não faltam